

1. CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO

*“A barragem de Alqueva é incontestavelmente um objecto material, centro de todo o projecto do Estado português para uma região. Mas será porventura redutor explicar-se a sua evolução unicamente pelo papel dos factores histórico-económicos, isto é, argumentar-se que a sua natureza seria consequência das contingências e incertezas sociais e económicas ocorridas ao longo das cinco décadas que mediaram até à sua concretização.”*¹⁴ (Sofia Bento)

O projecto da barragem de Alqueva estava estreitamente ligado ao problema da seca do Alentejo, pela falta de água não só para consumo, como também para regadio. No séc. XIX este foi um tema bastante debatido no meio dos políticos, engenheiros e proprietários da região, todavia, naquela época por falta de conhecimento a hidráulico e geográfico, não se proveu nenhum projecto para o Rio Guadiana. Inicialmente a ideia dominante era que a água para irrigar o Alentejo deveria vir do Rio Tejo, mas em 1945, o Rio Guadiana passou a ter uma valência hidroeléctrica.

Esta possibilidade surgiu em Dezembro de 1954 num plano desenvolvido pelo Ministro de Obras Públicas, Engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira. Este tinha como principal objectivo aproveitar o máximo da bacia para a maior extensão possível de rega no Alentejo e, em simultâneo, fornecer energia eléctrica a partir da mesma barragem, permitindo assim, o desenvolvimento económico e social da região.

*“O objectivo que se marca à Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos é o esclarecimento preciso e definitivo do problema da valorização pela rega da região alentejana e a consequente formulação de um plano geral de acção.”*¹⁵

O Plano adquiriu a designação de “Plano de Valorização do Alentejo: rega de 170 000 hectares” e apresenta-se como sento o documento mais antigo a considerar a bacia do Guadiana.

Deste modo, foi realizado um estudo das áreas a regar e dos recursos hidráulicos disponíveis. No entanto este apresentou algumas dificuldades pois a água disponível encontrava-se nos rios Tejo e Guadiana, a cotas inferiores às das terras que tinham necessidade de rega e também a grandes distâncias da zona central do Alentejo.

A escolha dos solos a submeter-se ao regadio baseou-se nos estudos e cartas da Comissão Orientadora do Plano de Fomento Agrário, nos quais consideraram os factores de solo e topografia, e para apreciação do solo do ponto de vista económico e técnico consideraram a profundidade (espessura), a permeabilidade, a textura, a estrutura, a pedregosidade e a salinidade. Para além destes, foram também tidas em conta as condições demográficas, a viabilidade económica face às obras hidráulicas, os mercados e as vias de comunicação.

Em 1958, o Plano de Valorização do Alentejo foi analisado a nível dos aspectos hidráulicos e económicos, num notável Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, no qual salientava a ideia de que este procurava dar solução a um problema identificado por muitos políticos e economistas: *“a transformação, pela rega, do arranjo económico-social da mais vasta província metropolitana, de modo a conseguir elevar-se acentadamente a sua produção, melhorar o nível de vida da sua população e acentuar o interesse que ela tem para o desenvolvimento do País.”*¹⁶

Relativamente à necessidade de regularização dos caudais, o Conselho entendia que esta não deveria ser tomada de um modo absoluto, pois era essencial ter em conta os aspectos económicos do conjunto das obras, comparando o custo da água armazenada, proveniente das aflúências naturais, com os custos de água bombada e a sua condução até às áreas de rega.

Contudo, o recurso às águas distantes era fundamental, apesar dos vários problemas que surgiam. Caso contrário, a rega do Alentejo não poderia fazer-se senão em pequenas manchas junto das linhas de água, sem a amplitude necessária para uma profunda transformação, considerando, assim, imprescindível encontrarem-se soluções que permitissem reduzir economicamente o consumo de energia nos anos secos, embora isso leva-se a um aumento do consumo médio anual.

Além do objectivo de abastecimento interno, a rega do Alentejo proporcionava também os meios materiais para construir um sistema de produção a nível de comércio externo, o que permitia reforçar a posição da agricultura na defesa de pagamentos. Por outro lado, *“A rega do Alentejo existe ainda o desenvolvimento de medidas de correcção da estrutura agrária, permite melhorar a repartição da população activa agrícola e corrige o mais forte dos sintomas do subdesenvolvimento, que é o predomínio esmagador da população ocupada na agricultura”*¹⁷.

Relativamente aos benefícios de ordem social, o Concelho considerava que a agricultura tendia para a generalização da empresa agrícola familiar altamente mecanizada, de dimensões correspondentes à “unidade económica”, reduzindo-se fortemente o número de trabalhadores assalariados. Assim, destacando este problema, afirma que a oportunidade dos imensos recursos técnicos proporcionados com este projecto deve ser aproveitada de forma a resolve-lo.

Como conclusão, o Conselho Superior de Obras Públicas afirma que: *“(…) o Plano de Valorização do Alentejo constitui uma valiosa contribuição para a resolução dos problemas desta província, com reflexos benéficos para a economia geral do país e que os elementos técnicos e económico-sociais que contém são bastantes para admirar a viabilidade da realização das obras planeadas.”*¹⁸

Em Maio de 1960, foi emitido o Parecer da Câmara Corporativa sobre o mesmo Plano. Para esta, os elementos apresentados, a nível técnico, eram suficientes para justificar a viabilidade de execução das obras. No entanto, a nível económico fazia diversas observações, concluindo que o projecto resultaria em prejuízo, quer para a propriedade agrícola quer para o seu empresário. Estes prejuízos atingiriam 184 milhões de escudos (cerca de um milhão de euros) para a propriedade e 51 milhões (cerca de 260 mil euros) para o empresário.

A Câmara considerava que as rotações propostas e as culturas tinham de ser substituídas por outras, de modo a obterem justificação económica. Por outro lado, afirmava também que não tinham identificado as culturas a serem utilizadas e que era fundamental introduzirem-se culturas industriais, hortícolas, pomares e forragens ocupando espaços livres, numa rotação equilibrada, caso contrário, as pessoas iriam optar por culturas do arroz e milho, resultando num erro a implementação do regadio.

Em suma, esta entidade não concordava com a forma como se encontrava a parte económica do projecto, contudo reconhecia as vantagens indiscutíveis do regadio, desde que este fosse convenientemente utilizado. Deste modo, recomendava que o Plano fosse enquadrado num plano geral de aproveitamento do país e que permitisse

¹⁴ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 . pág 114

¹⁵ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 .

¹⁶ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 . pág 60

¹⁷ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 . pág. 62

¹⁸ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 . pág. 63